



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTIG
Secretaria Executiva

**Ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG
e Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Jairo José Isaac**

Assunto: Relatório sobre o processo de outorga de grande porte nº 37803/2015, em nome do empreendedor Márcio Nepomuceno de Rezende, da cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, pautado para exame e deliberação na 55ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG, realizada em 28 de setembro de 2017.

Senhor Secretário

Encaminhamos anexo o relatório sobre o processo de outorga de grande porte nº 37803/2015, em nome do empreendedor Márcio Nepomuceno de Rezende, da cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, pautado para exame e deliberação na **55ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG, realizada em 28 de setembro de 2017, em m cumprimento ao §1º do artigo 28 da Deliberação Normativa CERH/MG nº 44 de 6 de janeiro de 2014 que trata do regimento interno do referido Conselho.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2017.

Antonio Giacomini Ribeiro
Conselheiro Titular da Associação para Gestão
Socioambiental do Triângulo Mineiro – Angá
Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTIG
Secretaria Executiva

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE OUTORGA DE GRANDE PORTE para exame e deliberação: Márcio Nepomuceno de Rezende – São Sebastião do Paraíso/MG.

Processo de Outorga de desvio de curso de água nº 37803/2015.

SUPRAM/SM.

Este processo foi enviado à CETIG em virtude de o CBH GD7 ter exaurido o prazo legal para deliberar a respeito do assunto de sua competência, nos termos do artigo 43 da Lei Estadual nº 13.199/99. Assim, esta atribuição deve ser assumida pelo Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, conforme o artigo 8º da DN CERH/MG nº 31/09 associado ao artigo 4º, inciso VII da DN CERH/MG; como expresso na Nota Jurídica IGAM. PROC. SISEMA Nº 079/2017.

Esta Nota Jurídica também informa que: *“a competência deliberativa cerca do assunto seria da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CETIG na hipótese de inexistência de Comitê de Bacia, o que não se configura no caso em tela, nos termos do artigo 3º, da DN CERH/MG nº 21/09 c/c artigo 4º, inciso VIII, da DN CERH/MG nº 44/14.*

No entanto, ainda que a CETIG não mantenha sua competência deliberativa para o caso em questão compete a esta assessorar o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em suas decisões quando o assunto pautado se referir aos instrumentos de gestão de recursos hídricos, matéria inerente à Câmara Técnica”.

Assim, desta feita, a matéria tramitou na CETIG na data de 23/06/2017, durante a 53º RO/CETIG, quando foi pedida a baixa em diligência *“para complementação de informações técnicas no processo que permitam a análise do pleito, inclusive com esclarecimentos sobre a posição do CODEMA local acerca do empreendimento. O conselheiro Antonio Giacomini Ribeiro solicitou que seja exigida do empreendedor a apresentação de um parecer técnico de*



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTIG
Secretaria Executiva

um especialista em geomorfologia fluvial. Conforme sugestão da SUPRAM, a Presidência solicitou que os conselheiros encaminhem à secretaria executiva todas as dúvidas sobre o processo, para que sejam respondidas com a baixa em diligência”, conforme as linhas 55 a 64 da Ata da 53º RO/CETIG.

O retorno da baixa em diligência foi analisada na 55º RE/CETIG em 28/09/2017.

O Parecer Técnico da SUPRAM/SM informa que o empreendimento obteve, na data de 10/09/2015 a Autorização Ambiental Municipal nº 008/2015 emitida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA.

A SUPRAM/SM realizou vistoria no local e atestou que *“parte do terreno do requerente encontra-se sendo intensamente afetado pela ação erosiva do curso d’água localizado na divisa do terreno”*.

Observou, também, que o desvio já foi realizado por meio *“de um canal implantado com a função de conduzir o córrego ao seu leito original bem como a construção de um talude não impermeabilizado que faz o fechamento do leito anterior do curso de água e direciona o mesmo para o trecho antigamente utilizado pelo mesmo”*.

Durante a vistoria notou-se que o córrego Rangel *“encontra-se quase inteiramente canalizado à montante do local, estando o mesmo localizado em área urbana e que a canalização feita impermeabilizada e o leito e as laterais fazendo com que o escoamento da vazão ocorra com velocidade e força significativa em períodos chuvosos, sendo essa uma possível cauda da grande intensidade verificada no processo erosivo.*

Verificou-se ainda que próximo ao ponto onde a erosão estava ocorrendo existe um interceptor da rede de esgoto municipal e que o avanço da erosão que se desenvolvia no local oferecia risco a essa estrutura, podendo ocasionar o seu rompimento e consequente danos ambientais pelo vazamento de esgoto in-natura no curso de água”.

A SUPRAM/SM conclui, em seu relatório, por ratificar o parecer favorável à outorga dos direitos de uso do recurso hídrico na modalidade Autorização para Desvio Total de Curso D’Água, conforme Parecer



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTIG
Secretaria Executiva

0826192/2016.

Durante a 55ª RE/CETIG a SUPRAM/SM defendeu seu parecer relatando verbalmente os aspectos que considera relevantes derivados do relatório de vistoria, ressaltando que:

- a) O requerente não teve a intenção de realizar a obra buscando vantagens especulativas no ramo imobiliário;
- b) Houve a necessidade da obra de recondução do córrego ao seu leito natural anterior visando a proteção dos terrenos laterais, e;
- c) Que a obra também se fez necessária objetivando a preservação de um interceptor de esgotos sanitários em situação de risco potencial, pelo provável desenvolvimento futuro do processo erosivo.

A maioria dos conselheiros membros da CETIG presentes na 55ª RE concordou que o processo está juridicamente perfeito e tecnicamente satisfatório, pois discordâncias pontuais foram apresentadas.

Após votação a CETIG foi favorável à concessão da outorga, com nove votos favoráveis e uma abstenção, posto que o conselheiro abstinente não se considerou suficientemente esclarecido para votar.